

# Sumário

Número de notícias: 11 | Número de veículos: 9

PORTAL UOL - NOTÍCIAS  
SEGURIDADE SOCIAL

IR 2021: Faltam duas semanas para o fim do prazo de entrega da declaração ..... 2

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
SEGURIDADE SOCIAL

O medo existe. O governo vai pra cima : servidores temem represálias por CPI ..... 5

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Elite precisa entrar na reforma administrativa (3) ..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Congresso deve investigar Saúde e continuar reformas (3) ..... 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sem dinheiro em caixa, Bolsonaro prepara pacotão para caminhoneiro ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Judiciário livra plano de saúde de juros de mora ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Olhar sobre a pobreza deve ser ampliado ..... 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Empresários deveriam evitar o fanatismo ideológico - MERCADO S/A ..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

O estranho Brasil do Copom (3) ..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Economia surpreende e leva a revisão de projeções do PIB para este ano ..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
ECONOMIA

"Sistema de voto eletrônico é auditável", diz Barroso ..... 24

# IR 2021: Faltam duas semanas para o fim do prazo de entrega da declaração

*Colaboração para o UOL, de São Paulo*

O prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda 2021 termina daqui a duas semanas, às 23h59 do dia 31 de maio. O prazo já foi prorrogado pela **Receita Federal** devido à pandemia do Coronavírus. A entrega estava prevista inicialmente para 30 de abril. Quem perder a data terá de pagar multa de 1% sobre o imposto devido ao mês, com valor mínimo de R\$ 165,74 e máximo de 20% do imposto devido.

O Congresso chegou a aprovar um projeto que mudaria a data de entrega para 31 de julho, mas o presidente Jair Bolsonaro vetou a proposta de prorrogação do prazo. Portanto, a data que está valendo é 31 de maio. Veja a seguir se você precisa declarar e algumas orientações para preenchimento do IR 2021.

O primeiro passo antes de preencher o IR 2021 é descobrir se você é obrigado a declarar.

Quem recebeu mais de R\$ 28.559,70 de renda tributável no ano passado, como salários, aposentadoria ou aluguéis, por exemplo), precisa fazer a declaração do IR 2021. Se você ganhou mais de R\$ 40 mil em rendimentos isentos, como indenização trabalhista, saque do FGTS ou rendimento de poupança, também está obrigado a declarar.

Uma novidade deste ano é o auxílio emergencial. Quem recebeu a ajuda do governo para enfrentar a pandemia, junto com outros rendimentos tributáveis acima de R\$ 22.847,76, terá que fazer a declaração do IR 2021 e também terá que devolver o auxílio.

Há outras situações que obrigam uma pessoa a fazer o Imposto de Renda. Veja aqui quais são. Basta você se enquadrar em pelo menos uma delas para ter que apresentar a declaração.

Se você precisa fazer a declaração, então baixe e instale o programa de preenchimento do IR 2021 no seu computador ou celular. Você pode ver nesta matéria como baixar o programa com segurança.

Escolha a versão compatível com o sistema operacional da sua máquina (Windows, Mac, Linux etc) ou celular (Android ou IOS).

Caso você ainda tenha instalado no seu computador o programa usado no ano passado, para preencher a declaração do IR 2020, não adianta tentar atualizá-lo. É necessário instalar o novo programa, específico para o IR 2021.

Se você fez declaração no ano passado, provavelmente deve ter uma cópia do arquivo salva no computador ou uma versão impressa. Esse arquivo vai agilizar o preenchimento de diversos campos da declaração do IR 2021, especialmente a relação de bens.

Se você não se lembra onde salvou o arquivo ou perdeu a declaração, veja aqui como proceder para tentar recuperá-lo.

Uma vez encontrado esse arquivo, abra o programa do IR 2021, clique em Nova declaração, selecione a opção Iniciar importando declaração de 2020 e indique a pasta do seu computador onde o arquivo de 2020 está salvo.

Se você for declarar IR pela primeira vez, vai precisar dos números do seu CPF (Cadastro de Pessoa Física) e do seu título de eleitor, além dos dados residenciais e da sua profissão. Se a declaração for feita em conjunto com seu cônjuge, o programa também vai pedir o CPF dele(a).

O informe de rendimentos é um documento essencial para preencher a declaração do Imposto de Renda. Nesse documento será informado quanto você recebeu de salário e quanto pagou de Imposto de Renda na fonte e de **INSS**.

O informe ainda pode trazer outros detalhes, como gastos com o plano de saúde ou aplicações no plano de previdência, quando esses benefícios são oferecidos pela empresa.

Você também vai precisar dos comprovantes de rendimentos do seu cônjuge e dos seus dependentes, caso eles trabalhem ou recebam pensão e façam a declaração junto com você ou sejam seus dependentes.

Peça o documento no RH da empresa onde você trabalha, caso você ainda não tenha recebido. Aposentados e pensionistas podem pegar o informe

de rendimentos no site do **INSS**. Veja aqui como fazer.

Se você foi demitido ou trocou de emprego em 2020, procure a papelada da rescisão, os comprovantes de recebimento do FGTS e do seguro-desemprego. Peça ao RH da empresa antiga para enviar o comprovante de rendimentos do período que você ainda estava lá.

Mesmo que você esteja desempregado, pode ser obrigado a fazer a declaração do IR 2021.

Todas as suas informações financeiras, como saldo em conta corrente, poupança e quanto renderam seus investimentos em 2020, serão detalhadas no informe de rendimentos fornecido pelo banco. O documento deverá estar disponível pela internet ou na sua agência.

Se você tem conta ou investimentos em mais de um banco, é preciso pegar os informes de todas as instituições. Isso também vale para quem tem investimentos no Tesouro Direto ou negociou ações. Peça o documento no banco ou corretora onde você fez a compra dos papéis.

Se você contribuiu para um plano de previdência privada (PGBL/VGBL) ou fundo de pensão, ou se já está recebendo benefício, a instituição que administra o plano também deverá disponibilizar o comprovante com os valores pagos ou recebidos no ano passado.

O contribuinte pode escolher entre o modelo completo ou o simplificado para preencher sua declaração. No modelo simplificado, é aplicado um desconto padrão de 20%, até o limite de R\$ 16.754,34. Já o modelo completo permite utilizar as deduções legais para abater o valor do imposto a pagar ou aumentar a restituição.

Na dúvida, preencha todos os campos da declaração. No final, o programa informará a você qual é a opção mais vantajosa, se usando as deduções que você informou no completo, ou utilizando o desconto padrão do modelo simplificado.

As despesas com médicos, dentistas e outros profissionais de saúde, exames, internações e planos de saúde podem ser deduzidas no Imposto de Renda, sem limite de valor, desde que você opte pelo modelo completo de tributação.

Porém, nem todas as despesas com saúde são dedutíveis. Gastos com remédios na farmácia, por exemplo, ficam de fora.

Veja aqui o que pode e o que não pode ser lançado na declaração para abater o imposto e como colocar essas informações na declaração.

Separe todos os recibos, notas fiscais e boletos de despesas pagas ao longo do ano passado. Você deve guardar os papéis por, no mínimo, cinco anos, caso a **Receita Federal** resolva verificar a veracidade das informações.

Confira se os papéis discriminam o nome do prestador, endereço, serviço prestado, valor, CPF ou CNPJ de quem prestou o serviço, além do seu nome completo e CPF.

Caso a despesa tenha sido feita por seu dependente ou alimentando, o nome e CPF dele devem aparecer no documento.

Fique atento aos reembolsos de consultas e exames feitos pelo plano de saúde. Esses valores devem ser deduzidos das despesas médicas efetivamente pagas por você, e não podem ser usados para dedução do Imposto de Renda. Peça um informe detalhado à operadora do plano.

A **Receita Federal** só aceita a dedução de despesas com mensalidades e matrícula de escolas de ensino fundamental, médio, superior, pós-graduação ou técnico.

Não vale lançar gastos com cursos extracurriculares, como inglês ou balé, nem com cursinhos preparatórios para a faculdade.

Despesas com compra de livros, uniforme ou qualquer tipo de material escolar também não são aceitas.

Junte os boletos ou recibos de pagamento, que devem trazer o nome da escola e o CNPJ, além do nome do aluno.

Além das despesas próprias com educação, você também pode abater os gastos dos dependentes ou alimentandos até o limite de R\$ 3.561,50 por pessoa no ano passado.

O prazo para pagamento da primeira parcela ou da parcela única para quem tem imposto a pagar é o mesmo da entrega da declaração: 31 de maio.

Se você tiver imposto a pagar e não entregar a declaração no fim do prazo, ficará sujeito a duas multas: uma pelo atraso da entrega e outra pelo atraso no pagamento do imposto.

O contribuinte que tiver direito a restituição deve ficar atento ao calendário de pagamentos. O primeiro lote está previsto para 31 de maio. Os demais lotes serão pagos nos dias 30 de junho, 30 de julho, 31 de agosto e 30 de setembro.

A Receita não informa previamente quando vai pagar sua restituição. Você precisa consultar no site da Receita se sua restituição estará disponível alguns dias antes do pagamento de cada lote.

A restituição obedece a uma fila de entrega, ou seja, o contribuinte que entrega antes, recebe primeiro. Apenas os idosos, pessoas com deficiência e professores têm preferência no pagamento, ou seja, recebem antes dos demais contribuintes.

Antes de enviar a declaração, verifique se não há algum erro ou pendência. O programa tem uma ferramenta de verificação de pendências que ajuda a descobrir problemas.

Mas, se você já enviou a declaração com erros ou faltando informação, fique calmo. Basta fazer uma declaração retificadora, corrigindo o que faltou ou está errado, e enviar de novo. Veja aqui como fazer a retificação.

Você pode enviar a retificação a qualquer momento, mesmo depois do fim do prazo de entrega da declaração, sem pagar multa por atraso. Porém, depois do fim do prazo de entrega, você não poderá mudar o modelo tributário, de completo para simplificado, ou vice-versa.

Se a declaração retificadora apontar um imposto a pagar maior do que a declaração original, você terá que pagar multa sobre a diferença de imposto, caso a retificação seja enviada após o fim do prazo.

**Site: <https://economia.uol.com.br/imposto-de-renda/noticias/redacao/2021/05/17/ir-2021-faltam-duas-semanas-para-o-fim-do-prazo-de-entrega-da-declaracao.htm>**

# O medo existe. O governo vai pra cima : servidores temem represálias por CPI

O governo tenta se blindar de toda forma para evitar que as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia avancem. O escudo inclui a intimidação de servidores que eventualmente são requisitados para auxiliar nas apurações ou apresentar dados que comprovem a responsabilidade do Executivo no avanço das mortes e contaminados pelo coronavírus. Na tentativa de evitar represálias, muitos recorreram a lideranças sindicais públicas e privadas do setor de saúde, para suprir com dados confiáveis o presidente e o relator da CPI. E, nos órgãos, requerimentos de informação do colegiado causam calafrios.

O objetivo é que nenhum trabalhador compareça individualmente, mesmo que não seja exposto publicamente. "O pânico é total. Todos com medo de perseguições políticas e retaliações. Grande parte dos convidados são técnicos do TCU, do Senado e auditores do SUS. Diante dessa realidade, atendemos os apelos dos próprios funcionários e nos colocamos à disposição da CPI para oferecermos informações concretas sem comprometer os que estão diretamente envolvidos", informou Sandro Alex de Oliveira Cezar, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em **Seguridade Social** (CNTSS).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde (CNTS), que representa os empregados dos estabelecimentos privados de serviço de saúde, também é parceira nesse trabalho de esclarecimento da CNTSS. "Vai ser uma cooperação para fortalecer a CPI e proteger aquele que, depois que isso tudo acabar, voltar às suas funções e ter, eventualmente, alguma nota negativa na sua avaliação de desempenho. É por isso, inclusive, que somos contra esses projetos de avaliação que tramitam no Congresso. Esse fato específico é a prova de que pode acontecer quando se é submetido a um chefe direto no serviço público", reiterou Cezar.

Quando convocado, o servidor tem que comparecer. Mas, se requisitado, pode recusar o convite. Se aceitar, não está livre de consequências, já que o documento passa por diversas mãos. "Se for alguém no **INSS**, por exemplo, a requisição da CPI vai, primeiro, para o ministro da Economia, que comunica o presidente do órgão. Quem estiver à frente do **INSS** escolhe ou aceita o nome e comunica ao chefe direto do servidor, que, por sua vez, informa ao RH, porque

tem que ficar registrado que o funcionário vai se ausentar de suas funções. Ou seja, o servidor, de qualquer forma, fica exposto", explica Vladimir Nepomuceno, assessor de entidade sindicais e diretor da Insight Assessoria Parlamentar.

"A CPI da Covid é vista como uma ação contra o governo. Mesmo antes de ela começar, o Executivo impôs a lei do silêncio. Ninguém pode comentar o que acontece dentro dos órgãos públicos. Estamos com tanto medo que alguns evitam até de dar opiniões no local de trabalho, que não seja pela cartilha neoliberal, para não ser chamado de facista ou comunista", informa um servidor. "É possível que isso seja verdade, tendo em vista o que aconteceu com o delegado federal de Manaus (Alexandre Saraiva) e com o servidor do Ibama do Rio de Janeiro (denúncia contra a superintendência local). O assédio no serviço público cresce a cada dia, conforme comprova o 'Assediômetro' criado pela Associação dos Funcionários do Ipea (Afipea)", complementa Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate).

## Jogo de empurra

O Correio também procurou diretamente interlocutores do Ministério da Saúde, do Itamaraty e da Fundação Nacional do Índio (Funai). Na Saúde e na fundação, além do medo de serem chamados para depor, funcionários do corpo técnico se sentem desconfortáveis com os pedidos de informação. É comum, em ambos os locais, que os requerimentos da CPI passem pelo órgão, empurrados de um funcionário para o outro. O principal receio é que, colaborando com a CPI, funcionários percam cargos e, conseqüentemente, até 30% de seus salários, além de serem mandados para funções menos desejadas, por exemplo.

"Isso já existia em outros governos, mas foi elevado à décima potência", afirmou uma servidora do ministério sob a condição de anonimato. "Vi muita gente tirando o corpo fora. Ao depor, o ministro (Marcelo Queiroga) disse que algumas informações tinham que ser vistas com o corpo técnico, mas muitas decisões têm que vir de cima, e não vieram. Então, se ele (o convocado) for chamado, vai ter que dizer que não chegou a demanda", preocupa-se. "Perguntaram por que o governo não editou nenhum protocolo pelo uso ou não

da cloroquina? Ele disse que tem que ver com a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, mas a Conitec só faz se tiver uma decisão gerencial ou política. A gente, que é anônimo, quando entra em uma história dessa, é pra ser prejudicado", completa.

Um dos membros do colegiado, o senador Humberto Costa (PT-PE) destaca que o assunto "servidores" ainda não foi tema de deliberação entre os membros, mas confirma que já existem relatos de tensão em órgãos do governo. Para ele, essa etapa dos trabalhos será debatida depois das falas dos ex-ministros Pazuello e Ernesto. "Aí é que vamos ver se vai ser necessário buscar informação adicional, falar com servidor. Talvez a gente precise ouvir. O medo existe. Em todo lugar está assim. O governo vai pra cima", admite.

Com a anuência do Supremo Tribunal Federal para que Pazuello fique em silêncio, porém, as chances de que funcionários da Saúde sejam convidados ou convocados aumenta. "O temor de retaliações políticas é frequente nas CPIs, diante de cobranças e questionamentos rigorosos por parte de seus integrantes. Por isso mesmo, é fundamental que a CPI da Pandemia se guie pela verdade, pela ciência e pela transparência. A comissão não foi criada para ser usada como palco político por quem quer que seja. A melhor maneira de esses funcionários se blindarem contra o risco de retaliações é serem fiéis aos fatos, à verdade. Até porque mentira costuma ter perna curta, ainda mais numa CPI", destaca o senador e líder do MDB Eduardo Braga (MA).

Para Alessandro Vieira (Cidadania-SE), os servidores, ainda assim, estarão seguros. "Na condição de testemunha, é importante que cada um cumpra seu dever de dizer a verdade. No caso de perseguição ou constrangimento, o próprio Senado e os órgãos de controle vão sair em defesa dos servidores", garantiu.

**Site:**

**<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/05/4924900-o-medo-existe--o-governo-vai-pra-cima-servidores-temem-represalias-por-cpi.html>**

# Elite precisa entrar na reforma administrativa

## (3)

Deverá ser lido hoje na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara o relatório do deputado Darci de Matos (PSD-SC) sobre o projeto de reforma administrativa encaminhado pelo governo ao Parlamento. A votação na CCJ está prevista para esta semana, em seguida deverá ser criada uma Comissão Especial para analisar a proposta.

O relatório faz apenas duas ressalvas ao texto enviado pelo governo: é contra dar ao presidente o poder de fundir ou extinguir órgãos públicos por decreto e contra proibir o acúmulo de cargos públicos com outras atividades privadas. De resto, preserva as demais mudanças. Entre as principais, estão a criação de um novo regime de trabalho com contratos por tempo indeterminado e sem estabilidade, o fim de promoções automáticas, das férias com mais de 30 dias e das aposentadorias como forma de punição.

A principal deficiência do texto é a exclusão das categorias mais privilegiadas, denominadas "membros de Poder". Trata-se da elite do funcionalismo, grupo que reúne juízes, procuradores e parlamentares. O argumento do Executivo para não incluí-los na reforma é que mudanças na gestão dos demais Poderes só podem partir de iniciativa deles. É um argumento que carece de lógica. É papel do Legislativo fazer e mudar as leis. Outra deficiência da proposta é conservar certas regalias em carreiras tidas como "típicas de Estado", poupando carreiras como auditores, diplomatas ou militares.

É absurdo que uma reforma cujo objetivo é tornar mais moderna a gestão do funcionalismo não encoste nas categorias mais privilegiadas. Continua a vigorar no Judiciário um sem-número de despropósitos, como férias estendidas, promoções automáticas e os proverbiais auxílios. A conta das prebendas não para de crescer para o contribuinte. Só a incorporação recente de 1.800 servidores à Receita representará um custo adicional de quase R\$ 2,8 bilhões aos cofres públicos este ano.

Entre 2008 e 2019, enquanto a quantidade de funcionários federais cresceu 11%, os gastos com eles subiram 125%. O Brasil gasta quase 14% do PIB no pagamento do funcionalismo, a sétima maior proporção numa amostra de 80 países, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A média salarial no setor público é 240% superior à do setor privado, e os salários médios iniciais das funções de nível superior equivalem a aproximadamente o quádruplo dos pagos em empresas. Dois terços dos funcionários públicos federais estão entre os 10% com maior renda no Brasil.

Há 440 rubricas salariais distintas para mais de 22 mil cargos e funções distintos. Sem falar no ambiente em que a meritocracia é a exceção, e a estabilidade, a regra. Para além do custo, é essencial entender que o objetivo central da reforma é aperfeiçoar a gestão do Estado, de modo a garantir melhores serviços aos cidadãos.

Para isso, é preciso que seja implantada uma reforma administrativa para valer, que inclua as categorias detentoras dos maiores privilégios e protagonistas das maiores distorções - não uma que valha apenas para os funcionários menos influentes do setor público.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Congresso deve investigar Saúde e continuar reformas (3)

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid tem atraído imensa atenção da sociedade. Não sem razão. Com o país batendo a marca de 430 mil mortes, boa parte delas evitáveis, é natural a busca por responsáveis. Semana passada, Fabio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação do presidente Jair Bolsonaro, forneceu uma pista importante sobre a responsabilidade do governo federal nisso.

Ao apresentar documento mostrando que a farmacêutica Pfizer ficou dois meses sem qualquer resposta do Executivo sobre uma oferta de imunizantes, Wajngarten deixou clara a negligência de Bolsonaro e sua equipe, ainda que tenha buscado em todo o seu depoimento absolver seu ex-chefe. Também na CPI, o gerente-geral da Pfizer na América Latina, Carlos Murillo, piorou a situação do governo.

Ele contou que a empresa fez ao menos seis ofertas para fornecer até 70 milhões de vacinas, o que foi viabilizado só neste ano. Até o vereador carioca Carlos Bolsonaro, filho do presidente, participou de reunião sobre o assunto, mas a má gestão do enfrentamento à pandemia impediu que o país já tivesse aplicado 18,5 milhões de doses do imunizante.

O que surge na CPI é grave e a situação do governo-e de Bolsonaro - pode se complicar, embora o STF tenha beneficiado o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello com a prerrogativa de poder ficar calado e não ser ameaçado de prisão, o que ocorreu com Wajngarten. O trabalho da comissão é fundamental para o país e espera-se que ela contribua para acelerar a vacinação e promover uma gestão efetivamente responsável na pandemia. Além, é claro, de responsabilizar os culpados.

A importância dessa investigação, porém, não deve servir de pretexto para que outras agendas relevantes e urgentes para o país sejam paralisadas no Congresso. O Brasil tem uma fila de reformas e privatizações que precisa andar. As mudanças nas regras para o funcionalismo público e no sistema de **impostos** e contribuições estão nas prioridades.

A reforma administrativa está na Câmara e parece ter caminho mais aberto para avançar- nesta semana está prevista sua votação na Comissão de Constituição e justiça (CCJ). Obviamente são esperados ajustes, porém deve-se evitar o afastamento dos objetivos

iniciais: gerar economia de gastos e maior eficiência dos **servidores públicos**.

Na tributária, apesar de o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) ter sido apresentado, o cenário é mais nebuloso. Isso ocorreu por decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), contra tramitação do texto em nome de uma reforma "fatiada", como defendida pelo Ministério da Economia.

Conforme mostrou o Valor na sexta-feira, essa reforma em pedaços tem o capítulo da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que já está na Câmara, e deve ter um novo projeto de lei do governo tratando também das mudanças no Imposto de Renda de empresas e famílias. Ao Senado, caberia discutir o "passaporte tributário", uma grande renegociação de dívidas com o Fisco cujo objetivo seria preparar as empresas para trabalharem no novo sistema de **impostos** e contribuições.

Lira prometeu organizar a tramitação da **reforma tributária** nesta semana. Ainda que se discorde do que o chefe da Câmara fez com o projeto de Aguinaldo, se o modelo fatiado prosperar já será uma boa evolução para o país -ressalvando que há ajustes necessários para fazer na CBS, como a inclusão de outras alíquotas para aliviar seu impacto sobre a carga tributária do setor de serviços.

Outro tema da maior importância é a agenda de privatizações, sendo a da Eletrobras a mais relevante. O assunto é espinhoso, mas dá sinais de avanços e sua conclusão seria um positivo sinal. Ajudaria a melhorar as expectativas para a economia e a situação fiscal.

Com tanto a fazer, os congressistas precisarão ter maturidade para não deixar que as fundamentais discussões da CPI no Senado contaminem o processo legislativo.

Ainda que a maior parte das medidas hoje esteja na Câmara, as Casas são vasos comunicantes e o que os deputados aprovarem terá que ser ratificado no Senado. Isso exige negociações bem feitas e discussões aprofundadas, o que, diga-se, foi prejudicado com a mudança no regimento da Câmara para diminuir o poder de voz da oposição.

Está claro que o desafio do Congresso é realizar uma apuração profunda dos desmandos na crise sanitária, mas sem descuidar de seu papel de melhorar o ordenamento econômico brasileiro. Não é pouca coisa e pode fazer toda a diferença para o futuro do país.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#edition/186867?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#edition/186867?page=1&section=1)**

# Sem dinheiro em caixa, Bolsonaro prepara pacotaço para caminhoneiro

*Julio Wiziacke Fábio Pupo Brasília*

Os ministérios da Economia e da Infraestrutura fecham os últimos detalhes de um pacote de benefícios para os caminhoneiros que será divulgado por etapas a partir das próximas semanas. Além de um voucher para amenizar efeitos dos reajustes do diesel, o governo estuda linhas de crédito e até um programa de renovação de frota.

Batizado pelos assessores do Palácio do Planalto de "Gigantes do asfalto", o pacote foi um pedido expresso do presidente Jair Bolsonaro, que, segundo interlocutores, não quer ficar refém da categoria.

Desde fevereiro, os motoristas sinalizam que os reajustes dos combustíveis afetaram seus ganhos, o que causa temores no governo sobre uma paralisação nos moldes da que ocorreu em 2018. Hoje, 87% do transporte de cargas no país é feito pelas estradas.

Na avaliação de Bolsonaro, um novo movimento grevista poderia comprometer ainda mais a economia, já afetada pelos efeitos da pandemia, além de representar um fator adicional de erosão de sua popularidade -que, segundo pesquisa do Datafolha, tem sido corroída durante a crise do coronavírus.

Diante disso, Bolsonaro encomendou um pacote de ajuda ao setor em reuniões com integrantes de Casa Civil, Economia, Infraestrutura, Justiça e Segurança Pública. Várias ações foram estudadas, com pedido para não haver mais gastos.

A engenharia financeira para as medidas passou a ser desenhada enquanto diversos órgãos e iniciativas da União registram falta de recursos, como universidade federais, o Censo Demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e até o programa de modernização do sistema anticorrupção do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

O programa para os caminhoneiros foi dividido entre medidas econômicas e outras regulatórias, a serem implementadas por meio de MPs (medidas provisórias), decretos e portarias.

Na frente comandada pelo ministro Paulo Guedes (Economia), foi preparado um programa de compensação de preços dos combustíveis. Há duas

ideias na mesa, e ainda não se chegou a uma conclusão. Uma delas prevê a criação de um voucher para os motoristas cadastrados para ser usado sempre que houver uma oscilação muito elevada do petróleo -o que afeta o preço do diesel.

Esse voucher funcionaria como um cartão de crédito. Ainda se discute se haveria isenção de **impostos** federais (PIS e Cofins) ou uma injeção de recursos oriundos de royalties da exploração de petróleo.

O voucher seria operado pela Caixa Econômica Federal, que se prepara para lançar uma cesta de produtos financeiros para os caminhoneiros. Além de crédito com juros mais baixos para os motoristas, o banco deve oferecer empréstimos para donos de postos de gasolina nas estradas que estejam interessados em transformá-los em grandes áreas de descanso e atendimento aos caminhoneiros.

A construção de áreas de descanso é parte de uma obrigação imposta pelo Ministério da Infraestrutura por meio da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) aos vencedores das novas rodadas de concessão de rodovias. Cada empreendedor terá de construir postos com estacionamento, dormitórios, conexão telefônica e de internet, além de atendimento médico a cada 350 km. Estima-se que serão ao menos 50 postos nesse modelo nas próximas concessões até 2022.

Apesar de ser uma obrigação no edital de concessão, o governo quer estimular a criação de mais centros similares por meio da iniciativa privada, especialmente postos de combustível ou redes de restaurantes de estrada. A Caixa já está se adiantando à medida, de acordo com interlocutores do governo.

O BNDES também deverá ampliar suas linhas de crédito para a compra de equipamentos e manutenção de veículos. Até hoje, foram R\$ 500 milhões disponíveis para pedidos de financiamento de até R\$ 30 mil, limite que passou para R\$ 100 mil.

Também está sendo concluído o programa de renovação de frota. Inicialmente chamado de Frota Verde, deverá ser uma parceria entre União, estados e iniciativa privada para estimular a troca de caminhões.

A idade média da frota dos autônomos, segundo

pessoas que participam das discussões, é de cerca de 30 anos. Caminhões muito velhos quebram com mais frequência ao longo do percurso.

Uma das ideias em avaliação será, pelo lado da União, usar recursos disponíveis do Finame (linha do BNDES), dando crédito ao dono do caminhão. O ingresso no programa será voluntário e, após a adesão, o caminhão seria adquirido e destruído.

Para cobrir ao menos parte do programa, a equipe econômica avalia cortar parte dos subsídios do setor automotivo. Os estados também entrariam com sua parte e as montadoras vendem o caminhão a preço de venda direta, e não pelo valor na concessionária.

O que há no "Gigantes do asfalto", pacote de bondades para os caminhoneiros

#### COMBUSTÍVEIS

Um voucher dado a motoristas poderá ser abastecido com recursos da isenção de PIS e Cofins ou de royalties da exploração de petróleo.

Será usado sempre que os reajustes extrapolarem a média de consumo de cada caminhoneiro cadastrado

#### ICMS

Estados poderão aumentar o período que embasa o cálculo do ICMS dos combustíveis, passando de quinzenal para média móvel de 12 meses

#### CRÉDITO

Expandir as linhas de crédito existentes de até R\$ 500 milhões no BNDES destinadas a compra de equipamentos e manutenção dos caminhões. Liderados pela Caixa Econômica Federal, outros bancos também oferecerão empréstimos com juros mais baixos aos motoristas

#### FROTA

Parceria entre montadoras, União e estados garantirá incentivos para a compra de veículos novos. Hoje, eles têm cerca de 30 anos de uso, em média

#### ESTRADAS

O Ministério da Infraestrutura planeja R\$ 2 bilhões em obras em rodovias federais de muito tráfego para melhorar as condições de tráfego e segurança

#### APOIO

As novas concessões de rodovias deverão fazer

centros de apoio aos motoristas, com locais de descanso, banho e atendimento médico

#### INTERNET

Por decisão do governo, as operadoras de telefonia deverão conectar mais de 48 mil quilômetros de estradas federais para serviços de voz e internet. O Ministério das Comunicações também vai destinar frequências para as concessionárias implementarem rádios FM ao longo do trecho da concessão

#### FRETE

STF deverá intermediar acordo em torno do preço mínimo do frete para evitar judicializações. Além disso, o governo estuda ampliar o peso máximo das cargas por caminhão

Fonte: Ministério da Infraestrutura e Ministério da Economia

Sem dinheiro em caixa, Bolsonaro prepara pacotão para caminhoneiro

A ideia é ter três modalidades: a mudança do caminhão, a compra de um novo ou a reforma -mas, inicialmente, somente a troca deve ser implementada como teste.

Um conjunto de medidas regulatórias completará as ações, sendo a principal a implementação em todo o país da DTE (Declaração de Transporte Eletrônica). Via plataforma digital, será possível solicitar e reunir toda a documentação necessária para o transporte - que hoje demanda tempo e dinheiro para ser obtida.

Pela plataforma, toda a documentação do frete será obtida eletronicamente e o contrato com o dono da carga ficará registrado. Isso permitirá até que o contrato sirva de garantia para que o motorista tome empréstimos.

O caminhoneiro poderá receber o pagamento assim que a carga chegar ao destino. Hoje, precisa voltar ao ponto de origem porque, pelas regras vigentes, é necessária uma espécie de selo de conclusão da viagem concedido ao contratante. Com o novo sistema, o documento poderá ser emitido no ato da entrega.

Na mesma medida, o governo pretende reduzir em 95% o total de multas por excesso de peso nos caminhões. Para isso, vai ampliar o limite de tolerância por eixo.

Além disso, a tabela de frete será ampliada com novas categorias, e a sistemática de cálculo será validada

entre as partes tendo como intermediário o STF. A ideia com essa iniciativa é validar a definição de um preço mínimo para o frete e evitar futuras contestações e ações judiciais.

O Ministério da Infraestrutura também conduz um programa de recuperação e modernização das rodovias federais, com R\$ 2 bilhões em obras. A pasta também incluiu no edital do 5G obrigações de conexão nas estradas. As operadoras que vencerem o leilão terão de fazer a cobertura de 48 mil quilômetros de estradas federais com sinal 4G.

87%

É a participação dos caminhoneiros no transporte de cargas no país. Governo quer reduzir esse peso para 70% até 2035 estimulando ferrovias, hidrovias e a cabotagem

1,2%

Foi o quanto a paralisação dos caminhoneiros tirou do crescimento do **PIB** do país em 2018

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>**

**30**

# Judiciário livra plano de saúde de juros de mora



Carlos Augusto Leitão de Oliveira: espero que esse posicionamento seja consolidado pela jurisprudência

## Arthur Rosa De São Paulo

Os planos de saúde conseguiram um importante precedente contra uma prática adotada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): a cobrança de juros de mora durante análise de processo administrativo de apuração de débito para ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS). É a primeira sentença da Justiça Federal de São Paulo a considerar indevida a exigência, segundo especialistas.

Essa é uma discussão que ganhou importância depois de os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, terem considerado válida a cobrança pelo uso do SUS por clientes de planos de saúde. A medida está prevista no artigo 32 da Lei nº 9.656, de 1998. O julgamento foi realizado em fevereiro de 2018.

As cobranças são feitas após a ANS cruzar as informações do Sistema Único de Saúde, sobre autorizações de internação hospitalar e de procedimentos ambulatoriais, com os dados de seus próprios sistemas. Os valores envolvidos são altos. Entre 2001 e o primeiro semestre de 2020, último balanço divulgado, foram cobrados R\$ 6,31 bilhões, que equivalem a 4 milhões de atendimentos realizados.

Para contestar as cobranças, os planos de saúde recorrem aos processos administrativos, que hoje podem durar em média quatro anos. Porém, reclamam da exigência de juros de mora durante os procedimentos, estabelecida por meio da Resolução Normativa nº 358, de 2014. Para as empresas, a

medida desestimula a apresentação de defesas, em afronta ao direito do contraditório e a ampla defesa.

A sentença favorável aos planos foi proferida recentemente pela 25ª Vara Cível Federal de São Paulo. Na decisão, o juiz Djalma Moreira Gomes entendeu que "qualquer encargo relativo à mora somente é devido a partir do momento em que a dívida se torna exigível, o que se dá com sua constituição definitiva, com o trânsito em julgado da decisão administrativa".

E acrescenta o magistrado: "Até porque os recursos no âmbito da ANS têm efeito suspensivo e o administrado não pode ser penalizado pelo fato de ter interposto recurso administrativo, por tratar-se do exercício regular de um direito" (processo nº 5026309-20.2019.4.03.6100).

Na decisão, o juiz cita precedente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, em Porto Alegre, de 2019.0 caso teve como relatora a desembargadora Vania Hack de Almeida. Ela considerou "incabível a incidência de juros de mora antes da decisão final administrativa, já que não há qualquer mora a ser imputada à parte que está exercendo o direito legítimo de discutir a penalidade aplicada" (apelação cível nº 5021705-39.2018.4.04.7000).

Até então, essa decisão do TRF era um dos raros precedentes a favor dos planos de saúde, segundo o advogado Carlos Augusto Leitão de Oliveira, do escritório Dagoberto Advogados, que defende a operadora. "Espero que esse posicionamento da Justiça Federal de São Paulo seja consolidado pela jurisprudência, trazendo segurança jurídica", diz Oliveira.

Alex Castro, do Monteiro e Monteiro Advogados Associados, considera a exigência de juros de mora durante o processo administrativo um mecanismo que o Estado se utiliza para evitar que as cobranças por utilização do SUS sejam questionadas. "São processos longos. Penalizando a empresa por um direito dela de impugnar", afirma. "Acaba refletindo no custeio do plano de saúde e se reflete para o consumidor." Em nota, a Advocacia-Geral da União (AGU) afirma que irá recorrer da decisão e que "a possibilidade de fluência de juros de mora tendo como

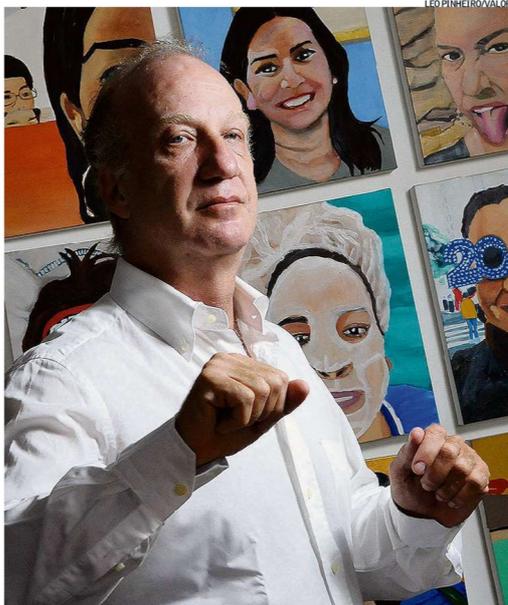
marco balizador o prazo para pagamento, mesmo que tenha havido impugnação, é medida que encontra respaldo no artigo 37-A da Lei nº 10.522, de 2002, incluído pela Lei nº 11.941, de 2009.

O dispositivo estabelece que "os créditos das autarquias e fundações públicas federais, de qualquer natureza, não pagos nos prazos previstos na legislação, serão acrescidos de juros e multa de mora, calculados nos termos e na forma da legislação aplicável aos tributos federais".

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186867](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186867)**

# Olhar sobre a pobreza deve ser ampliado



Neri, do FGV Social: "Temos de usar as boas experiências, não inventar a roda"

## Anais Fernandes De São Paulo

O Brasil não precisa "inventar a roda" por completo para lidar com o cenário de pobreza e desigualdade agravado pela pandemia. Políticas de transferência de renda têm papel importante e devem ser aprimoradas. Mas a busca por equidade a longo prazo vai exigir de governos e da sociedade um olhar também mais abrangente, com expansão de conceitos de pobreza, "óculos corretos" para enxergar a realidade, engajamento de agentes diversos, inclusive as empresas, e consciência ambiental.

O pagamento do auxílio emergencial em 2020 interrompeu de forma abrupta a tendência de aumento da pobreza observada desde 2015. Entre junho e agosto do ano passado, a população brasileira vivendo com menos de R\$ 246 por mês não passava de 5%, segundo dados do FGV Social. A partir de setembro, com o auxílio cortado pela metade, o número voltou a crescer e, no primeiro trimestre de 2021, no vácuo do benefício, atingiu 16,09%. Com a volta do pagamento, mais enxuto, a expectativa é que a taxa de pobreza recue um pouco, a 12,98%, entre abril e julho. "Ainda é acima dos níveis da crise anterior e o segundo pior ponto da série", diz Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

O pós-pandemia preocupa bastante, diz ele, porque o Brasil enfrenta uma crise fiscal que emperra mudanças permanentes. Outro receio está na educação, cujo aumento de nível e redução das desigualdades têm

sido os fatores mais consistentes para a diminuição da pobreza, segundo Neri. "A pandemia interrompeu isso e inverteu a tendência. Se nada for feito, vai deixar uma cicatriz à frente na desigualdade." Desde os governos de Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, passando pelas gestões do PT com Lula e Dilma, já no início do século 21, e até a recessão de 2014-2016, o Brasil atravessou mais de 20 anos de certa tranquilidade na construção incremental de políticas públicas para a inclusão social, destaca Marta Arretche, professora do departamento de ciência política da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

A questão do financiamento, nota ela, sempre foi um problema. "Foi possível conviver com isso, sobretudo no governo Lula, porque a economia crescia", afirma. Com a recessão a partir de 2014, o cenário muda: o desemprego cresce, o salário médio cai, políticas sociais sofrem - o Bolsa Família, por exemplo, fica sem reajustes - e a pobreza e a desigualdade avançam, aponta. Esse passeio pela história é importante porque a experiência passada ensina sobre o futuro, diz Marta. "A desigualdade caiu a níveis mais baixos quando houve crescimento da ocupação no mercado de trabalho, com crescimento econômico e políticas massivas de combate à pobreza." Mas o sistema de políticas públicas deve sair "tão desarticulado" do governo de Jair Bolsonaro que uma primeira tarefa importante será a sua reconstrução, afirma a professora, citando como exemplo o Cadastro Único e o Censo Demográfico. Não se trata de ter um novo SUS ou sistema educacional, mas de reformular e atualizar os existentes. "Não vamos inventar a roda. Algumas políticas cruciais têm de ser reestruturadas. No caso do emprego, aí acho que vamos precisar pensar em algo mais agressivo." Além de reinstalar políticas desmanteladas, Celia Lessa Kerstenetzky, professora do Instituto de Economia da UFRJ e coordenadora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Cede), defende a "reidratação" de gastos em programas de transferência de renda, "especialmente um programa de renda mínima garantida mais robusto que o Bolsa Família", diz ela, ainda que para isso seja preciso repensar regras fiscais como o teto de gastos. "Será também necessário ampliar o escopo da tributação para incidir mais sobre os mais ricos, com **impostos** progressivos sobre a renda, a riqueza e a herança", afirma.

Para Neri, da FGV, não é momento de o Brasil criar novos gastos permanentes, como uma renda básica

universal. O país demonstra, na sua trajetória, dificuldade de equacionar sustentabilidade econômica e equidade, mas o futuro pede exatamente um "caminho do meio", diz ele. O Brasil já tem mecanismos e tecnologia de combate à pobreza, como o Bolsa Família e o Crediamigo (programa de microcrédito do Banco do Nordeste), destaca Neri. "Temos de usar as boas experiências, não inventar a roda, mas procurar aprimorá-la." Antes da crise da covid-19, o FGV Social projetava que, se o Brasil crescesse 2,5% ao ano com a desigualdade "parada", retornaria, em 2030, aos níveis de pobreza de 2014. "Com a pandemia e tudo o que houve, vamos precisar reformar o Brasil de maneira completa", diz Neri.

"Colocar os óculos corretos" para enxergar a realidade - e a desigualdade - é fundamental. Foi com esse intuito que o FGV Social mapeou onde estão os ricos no Brasil, a partir de dados do Imposto de Renda (veja ao lado). Incorporando as informações do IR à análise, os pesquisadores perceberam que o Brasil não só é um país desigual, como mais rico do que se pensava. É "instrumental", segundo Neri, saber quem são os ricos e onde eles estão para o planejamento, por exemplo, de mudanças tributárias. "Muitos ricos são profissionais do setor público, então, uma reforma administrativa é importante também do ponto de vista da equidade", acrescenta.

Uma compreensão mais realista da desigualdade também envolveria extrapolar conceitos de renda. "A hipótese por trás da linha de pobreza é que todo mundo tem tempo mínimo para manter um padrão de vida razoável, dormir, cozinhar, e isso não é, necessariamente, verdade. Além da dimensão da renda, a pobreza tem uma dimensão do tempo", explica Luiza Nassif Pires, professora do Levy Economics Institute do Bard College e pesquisadora associada do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) da FEA-USP.

A "pobreza de tempo" traz impactos a longo prazo para um país, já que afeta, por exemplo, a qualidade de vida, o desenvolvimento humano e a produtividade dos indivíduos - e, sobretudo, das mulheres, que são mais "pobres de tempo" do que os homens, conforme aponta a experiência internacional. O Brasil, infelizmente, não faz coleta de dados que permitam a construção de uma linha de pobreza combinando renda e tempo. "Ter a pesquisa do uso de tempo nos conformes mundiais é necessário para responder as perguntas de forma precisa", reforça Luiza.

Na tarefa de combate à desigualdade, além dos governos, as empresas também têm um papel importante. "Estudos mostravam que a educação do funcionário explicável 35% da desigualdade e era, disparado, o principal elemento. Mas a verdade é que

não sabíamos de onde vinha boa parte da desigualdade. O que nossos estudos mostram é que, embora os dois fatores obviamente sejam fundamentais, as firmas têm um poder de explicar não só o nível da desigualdade, mas as mudanças ocorridas pelo menos duas vezes maior que a educação", diz Neri, da FGV. Isso significa que existem políticas no nível das empresas que são igualmente importantes, como de gênero e de diversidade étnica e racial.

Qualquer que seja a proposta para redução da pobreza e da desigualdade em um Brasil pós-pandêmico, ela precisará ser incluída em um projeto de desenvolvimento ancorado em uma concepção "eco-social", isto é, de investimento social ambientalmente amigável, reforça Celia, da UFRJ. "É possível que o 'plano Biden' provoque mudança de crenças e atitudes também entre nós", diz ela. "Contudo, mudanças dependem também do envolvimento das elites", observa.

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186867](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186867)**

## Faces da desigualdade

Auxílio emergencial ajudou a reduzir pobreza na pandemia, mas dilemas do Brasil são mais profundos

### Nova Lima (MG)

é a cidade mais rica do Brasil, seguida por Santana do Parnaíba (SP) e Aporé (GO)

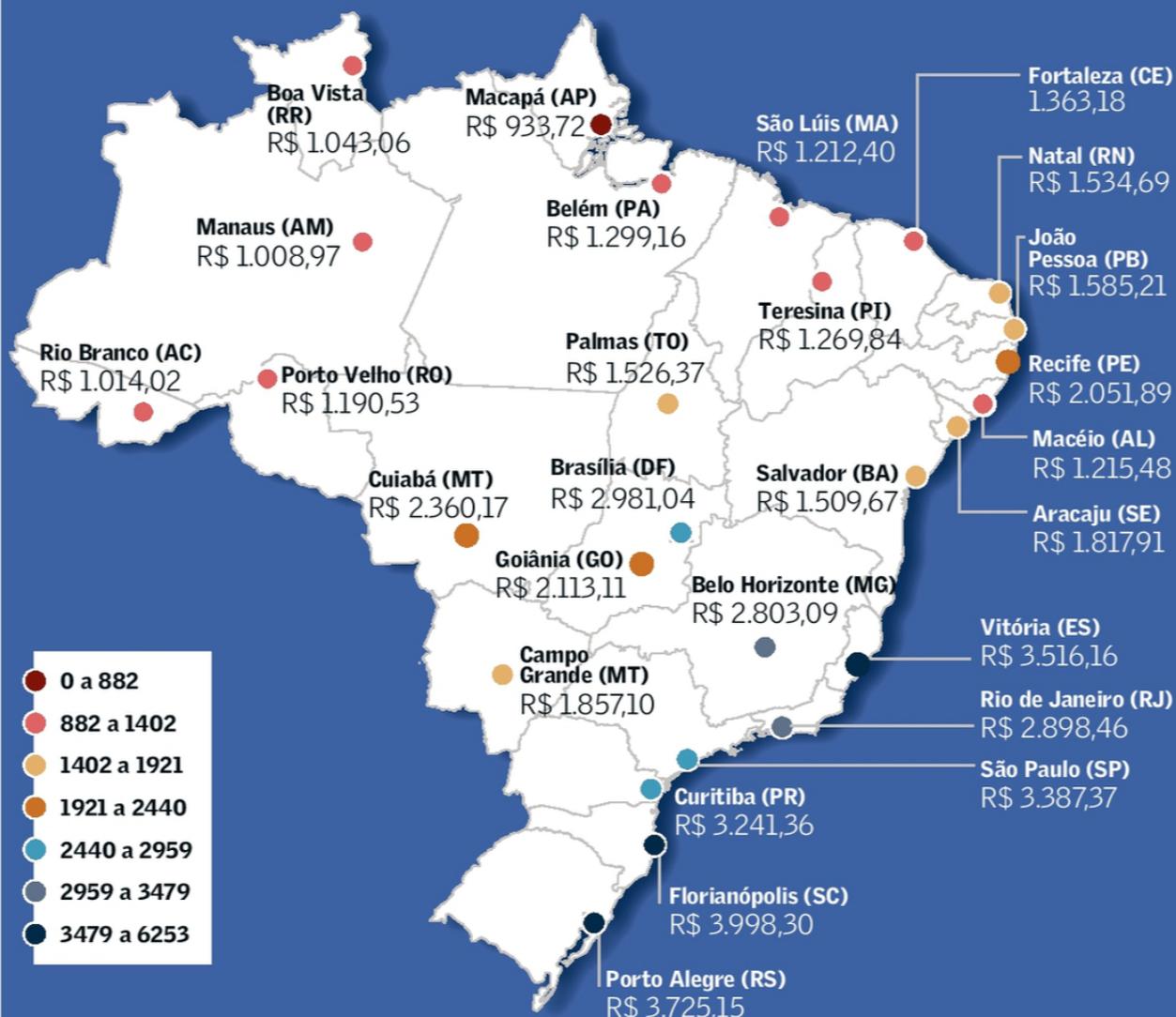
### Lago Sul,

região administrativa do Distrito Federal, se fosse um município, seria o terceiro mais rico do país

Evolução da miséria - % da população em situação de pobreza\*



Onde estão os ricos? - Renda média mensal das capitais declarada no IR sobre população total



Fonte: FGV Social/CPS, através do processamento dos microdados da PNAD Contínua e PNAD Covid, do IRPF 2018 e do TCU/IBGE 2019. \*a linha de pobreza é a da FGV Social, cujo valor em 2021 corresponde a R\$ XXXX ao mês por pessoa

## Empresários deveriam evitar o fanatismo ideológico - MERCADO S/A



**AMAURI SEGALLA**

Os grandes empresários deveriam evitar ao máximo a admiração cega por políticos. Fã inveterado do presidente Jair Bolsonaro, Carlos Wizard (foto) vê agora a reputação construída ao longo de décadas de empreendedorismo correr sério risco. Depois de defender ideias esdrúxulas como a recontagem de mortes na pandemia-proposta tão absurda que até a ala mais radical do bolsonarismo rapidamente abandonou -, ele pode estar envolvido em outra iniciativa questionável. A CPI da Covid disse ter encontrado indícios de que Wizard tentou mudar a bula de medicamentos sem eficácia comprovada contra o novo coronavírus. Ressalte-se: Wizard não tem formação na área de medicina e nenhuma experiência com doenças infecciosas. Por que resolveu se intrometer no assunto? Para afagar Bolsonaro? Wizard é dono de alguns bilhões de reais e poderia estar longe dessa confusão, administrando seus negócios. Ao que parece, o fanatismo ideológico falou mais alto.

**CVC fecha lojas e acumula prejuízos**

A operadora de viagens CVC encolheu na pandemia. Com as restrições de viagens e o turismo praticamente parado, a única saída possível foi reduzir o tamanho da operação no país. Desde o início da crise do coronavírus, 276 lojas acabaram fechadas. Como a

vacinação continua em ritmo lento, o cenário não melhorou em 2021. Foram desativadas 84 unidades apenas no primeiro trimestre. Como era de se esperar, as finanças não vão bem. Nos três primeiros meses, a CVC teve prejuízo de R\$ 81 milhões.

Espanha adota semana profissional de quatro dias

O mundo do trabalho passa por verdadeira revolução. Além do home office e das relações mais flexíveis entre funcionários e empresas, ganha espaço no mundo corporativo a ideia da semana de quatro dias. Na Espanha, centenas de empresas aceitaram uma proposta do governo para testar a jornada que se limita de segunda a quinta-feira. Espera-se que a experiência venha com o aumento da produtividade e que estimule o turismo e as atividades de lazer, como bares, restaurantes, cinemas e museus.

Jovens produtores não querem ser chamados de "ruralistas"

A nova geração de empresários do campo não quer mais ser chamada de "ruralista". Para os jovens produtores, a palavra está carregada de preconceitos. "O pessoal associa ruralista com pessoas que derrubam florestas e estão metidas na política", diz o proprietário de uma fazenda modelo no interior de São Paulo que recebeu diversas certificações ambientais. "Eu pratico agricultura de precisão, preservo metade da fazenda, reciclo materiais, sou tecnológico. Ruralista é coisa do passado".

## RAPIDINHAS

» Agora vai? Diversas instituições financeiras revisaram para cima a projeção do **PIB** brasileiro em 2021. Na corretora XP, as estimativas passaram de 3,2% para 4,1%. No Itaú, de 3,8% para 4%. Os economistas do banco suíço Credit Suisse preveem crescimento mais modesto, de 3,6%. Antes, calculavam um aumento de 3,2%.

» As agências de viagens começaram a vender pacotes para a vacinação de brasileiros no exterior. Destinos nos Estados Unidos lideram a procura. O turista, porém, precisa ficar atento. Não é certo que receberá mesmo o imunizante. Além disso, as vacinas da Moderna e da Pfizer indicam duas aplicações, com intervalos longos.

» Um levantamento realizado pelo economista Fábio Bentes, a partir de dados do Banco Central, descobriu que os comerciantes representam a categoria que mais pediu empréstimos a bancos na pandemia. Em dezembro de 2020, por exemplo, o saldo das operações de crédito do comércio somou R\$ 380,5 bilhões, alta de 21% sobre o mesmo mês de 2019.

» A companhia aérea portuguesa TAP oferecerá teste de covid-19 gratuito para todos os passageiros que embarcarem nas 11 cidades de atuação da empresa no Brasil. Entre elas estão Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo a TAP, nenhuma aérea do mundo possui um programa de testagem tão abrangente.

77%

dos brasileiros testaram um novo meio de pagamento em 2020, segundo estudo da Mastercard. O número elevado ressalta as transformações trazidas pelo mundo digital

## O estranho Brasil do Copom (3)

O Brasil, acredite quem quiser, tem tido uma evolução econômica melhor que a prevista, segundo os diretores do Banco Central (BC). Ou essa previsão era muito negativa, mesmo depois do tombo de 4,1% em 2020, ou a avaliação é baseada em dados misteriosos, ainda inacessíveis à maior parte dos brasileiros. Os dados da indústria, do varejo e do emprego mostram uma economia ainda emperrada, sem o vigor observado na recuperação ocorrida de janeiro a dezembro. Mas essa e outras avaliações surpreendentes aparecem na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. No primeiro trimestre deste ano - apenas para dar um indício - o comércio varejista vendeu em média 0,1% menos que nos três meses finais de 2020 e 0,6% menos que no período de janeiro a março do ano passado. Qual seria a expectativa do Copom, formado por diretores do BC?

Outro detalhe estranho - e até surpreendente - aparece quando se mencionam, poucos parágrafos adiante, fatores de risco embutidos no cenário básico do Copom. "Por um lado", afirmam os autores da análise, "o processo de recuperação econômica dos efeitos da pandemia pode ser mais lento do que o estimado, produzindo trajetória de **inflação** abaixo do esperado." O quadro é muito diferente para quem acompanha a evolução da atividade e dos preços no Brasil. O espetáculo do dia a dia mostra uma combinação incomum, e um tanto perversa, de recuperação muito lenta e **inflação** elevada.

Esse espetáculo inclui, além do consumo muito fraco, uma indústria emperrada, com recuo de 1% no primeiro trimestre e de 3,1% em 12 meses, e um mercado de trabalho em situação catastrófica, com cerca de 14 milhões de desempregados.

Mas os preços ao consumidor, em vez de recuar, subiram 2,37% no período de janeiro a abril e 6,76% em 12 meses, uma taxa muito superior à meta de **inflação** (3,75%) e ao limite de tolerância fixado para este ano (5,25%). Pode-se discutir se já se pode falar de estagflação ou se ainda é cedo para usar essa palavra, mas a combinação incomum de economia muito fraca e **inflação** elevada é visível para todos.

Apesar desses comentários estranhos, os membros do Copom reconhecem a presença de choques de preços, mas insistem, ainda mais estranhamente, em qualificá-los como temporários, como já fizeram em documentos anteriores. O texto menciona cotações em alta no mercado internacional de produtos básicos

e sua influência na formação de preços no mercado nacional. Menciona também o impacto previsível da mudança da bandeira tarifária da energia elétrica. Mas em nenhum parágrafo se mencionam os efeitos inflacionários da instabilidade cambial.

Menosprezar o efeito do dólar sobre os preços pode ser uma deferência ao Executivo e especialmente ao presidente Jair Bolsonaro, a mais importante fonte de insegurança no mercado e de afastamento de investidores. Mas as consequências cambiais e inflacionárias das incertezas e do distanciamento de investidores estrangeiros, muitos deles afastados pela política antiambiental do governo, são esquecidas ou contornadas.

O Brasil fica reconhecível, de novo, quando se mencionam as projeções de **inflação** próximas do limite superior de tolerância.

Nem é preciso ler a ata do Copom para se informar desse risco. Basta acompanhar, entre outros dados, as projeções do mercado reproduzidas semanalmente no boletim Focus.

Na última semana, a mediana das projeções indicou **inflação** de 5,06% em 2021, muito perto do teto de 5,25%. Para 2022 a expectativa de **inflação** já chegou a 3,61%, taxa superior ao centro da meta (3,50%).

Como resposta à **inflação** em alta (apesar dos choques "temporários"), o Copom decidiu elevar os juros básicos de 2,75% para 3,50% ao ano. Além disso, um novo aumento de 0,75 ponto já está previsto para a próxima reunião, dentro de um mês e meio. Segundo a ata, essa é uma "normalização parcial" dos juros, porque ainda é preciso manter algum estímulo à retomada. Para alguns analistas, a "normalização parcial" pode ser insuficiente mesmo para conter "choques temporários" de preços.

Estagnação e **inflação** já estão combinadas, mas diretores do BC parecem ignorá-las

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Economia surpreende e leva a revisão de projeções do PIB para este ano



VALÉRIA GONÇALVES/ESTADÃO - 25/11/2009

**Remédio.** Indústria farmacêutica tem produção aquecida

**Daniela Amorim Vinicius Neder/ RIO Guilherme Bianchini  
Thaís Barcellos/ SÃO PAULO**

O recrudescimento da pandemia no início do ano afetou menos a atividade econômica do que o previsto inicialmente, provocando uma onda de revisões para cima nas projeções para o desempenho do **PIB** em 2021. Elevaram suas estimativas as corretoras XP e Ativa, os bancos de investimento Credit Suisse, UBS, Bank of America e Goldman Sachs e as consultorias MB Associados e Parallaxis Economics, entre outros. Na média, as projeções de crescimento passaram de 3,2%, em abril, para 3,8% agora, conforme levantamento do Projeções Broadcast, com 35 instituições.

Segundo economistas, os indicadores do primeiro trimestre indicaram que o isolamento social para conter a covid-19 não foi tão rígido quanto no início da crise sanitária, em 2020 - seja porque as medidas restritivas foram mais brandas seja porque as pessoas cumpriram menos as regras. Segundo epidemiologistas, o afrouxamento das medidas de proteção ajudaram a elevar o número de mortos pela pandemia para mais de 430 mil.

Embora ainda haja incertezas sobre o futuro da economia, especialmente por causa de eventuais problemas na vacinação, ficaram para trás as previsões de recessão, ou seja, de dois trimestres seguidos de retração nesta primeira metade do ano, presente em algumas análises no início de 2021.

"A expectativa, no início do ano, era que, diante da segunda onda da pandemia, precisaríamos ter um grau maior de restrição à mobilidade e que o fim do primeiro trimestre e o início do segundo seriam

bastante afetados", disse o economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale.

"Mas isso acabou não acontecendo.

A população não fez o isolamento social como se imaginava." A MB Associados elevou a projeção de crescimento para este ano de 2,60% para 3,20%.

Resiliência e vacinação. Na última segunda-feira, ao comentar a elevação de sua projeção para um crescimento econômico de 4,1% este ano, contra 3,2% na estimativa anterior, o economista-chefe da XP, Caio Megale, disse que, "apesar da vacinação turbulenta e incerta", no início do ano, "a demanda interna se mostrou muito mais resiliente ao fim do auxílio emergencial e em meio à segunda onda da covid-19 do que se esperava".

Na visão do economista-chefe da gestora de recursos Trafalgar Investimentos, Guilherme Loureiro, as projeções mais pessimistas também davam muito peso ao impacto do fim do auxílio emergencial no início do ano. A transferência de renda turbinou a recuperação no segundo semestre de 2020. Sua retirada no início de ano, enquanto a reedição da medida era discutida no governo e no Congresso, provocaria queda na atividade econômica.

"Não pensávamos assim, nossa cabeça sempre esteve calcada no processo de reabertura", disse o economista da Trafalgar, que já estava com uma projeção de crescimento de 4,2% este ano. Com os indicadores mais recentes, Loureiro elevou a estimativa para 4,5%.

Para Vale, da MB Associados, os brasileiros circularam mais em meio ao agravamento da pandemia, em parte, porque foram "forçados" a isso - já que as medidas do governo para apoiar famílias e empresas foram mais escassas - e, em parte, porque estão "esgarçados" com a duração da crise.

No início, as pessoas aceitaram ficar em casa e os empresários decidiram fechar as portas porque a situação era nova e apostavam que as restrições durariam menos. Agora, as empresas tiveram menos condições para aguentar fechamentos, assim como muitos trabalhadores, com o orçamento apertado, precisaram sair em busca de sustento.

Além disso, a demora do governo em reeditar medidas para apoiar famílias e empresas tem efeito ambivalente, disse Vale. O cenário é diferente de países como Estados Unidos, Inglaterra e China, em que a redução das restrições aponta para uma recuperação mais vigorosa porque a covid-19 está sendo controlada.

#### I Resiliência

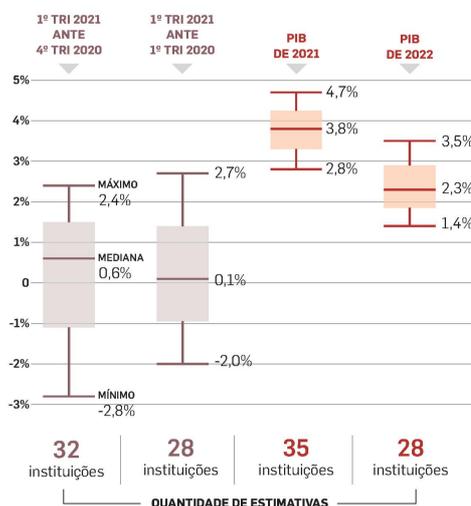
"A demanda interna se mostrou muito mais resiliente ao fim do auxílio emergencial em meio à segunda onda da covid-19." Caio Megale ECONOMISTA-CHEFE DA XP

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## REVISÃO PARA CIMA

● Crise econômica foi menor que prevista; por isso, instituições financeiras revisaram suas estimativas para o PIB

### Previsões do PIB



### Projeções do PIB, por instituição

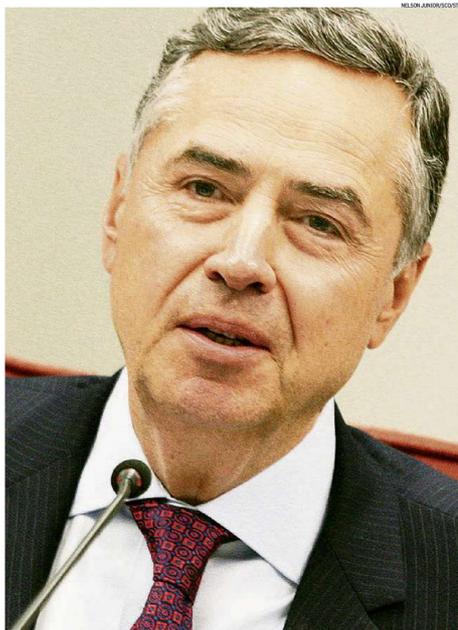
EM PORCENTAGEM

	1º/TRI/2021 ANTE 4º/TRI/2020	1º/TRI/2021 ANTE 1º/TRI/2020	EM 2021	EM 2022
Ativa Investimentos	0,3	0,3	3,1	2,3
Austin Rating	2,12	2,7	3,3	3
Banco ABC Brasil	0,8	ND*	4,3	ND*
Banco Alfa	0,6	0,3	4	2,5
Banco BV	0,8	0,4	3,5	2
Banco Cooperativo Sicredi	0,4	0,6	3,4	1,6
Banco Fibra	ND*	ND*	4	ND*
Banco Inter	0,8	0,3	4,2	2,5
Banco Original	0,6	0,1	ND*	ND*
Bank of America (BofA)	ND*	ND*	3,4	ND*
Barclays	0,8	ND*	4,3	ND*
Coface	ND*	ND*	2,8	2,3
Genial Investimentos	0,1	-0,2	3,1	2,8
GO Associados	0,6	2,44	4	3,5
Goldman Sachs	ND*	ND*	4,5	ND*
Greenbay Investimentos	0,3	-0,7	3,6	2,5
Itaú Unibanco	0,6	0	4	1,8
MAG Investimentos	0,2	-0,5	4	2,5
MB Associados	0,2	-0,1	3,2	1,8
MCM Consultores	0,6	0,1	4,4	1,6
Modalmais	0,7	-0,2	4,1	2,3
MUFG Brasil	2,4	ND*	3,3	ND*
Necton	-2,8	-2	3	3,4
Nova Futura Investimentos	2,1	1,1	3,6	2,33
Parallaxis	1,6	1,5	3,6	1,7
Petros	0,6	0,1	4,3	2
Pezco	0	1,4	3,8	1,4
Rabobank	0,1	-0,7	3	2
REAG Investimentos	0,35	-0,25	3,6	2
Rio Bravo	0,4	0,1	4,1	2
Santander Brasil	0,2	-0,6	3	2
SulAmérica Investimentos	1,4	2	3	2,3
Trafalgar Investimentos	0,5	1,3	4,5	2,5
XP Asset	1,3	1,2	4,7	2,9
XP Investimentos	0,3	-0,6	4,1	2

\*NÃO DISPONÍVEL

FONTE: AS PROJEÇÕES: INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

# "Sistema de voto eletrônico é auditável", diz Barroso



Luiz Roberto Barroso: "o sistema [do voto eletrônico] é seguro, transparente e auditável em todos os seus passos."

**Fabio Graner, Matheus Schuch, Luísa Martins**

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, divulgou ontem um vídeo explicando o sistema eletrônico de votação no Brasil e reforçando a mensagem de segurança do sistema. Ao publicar o material nas redes sociais, Barroso aproveitou para rebater o presidente Jair Bolsonaro.

"O sistema é seguro, transparente e auditável em todos os seus passos. O voto impresso adotado nos EUA não impediu o discurso do 'se eu perder houve fraude'", afirmou Barroso, em referência às falas do ex-presidente americano e referência política de Bolsonaro, Donald Trump, derrotado nas eleições de novembro do ano passado. Trump não reconheceu a derrota até hoje.

Anteontem, ao participar de manifestação em Brasília, Bolsonaro voltou a levantar a tese de fraude e disse que o ex-presidente Lula, a quem se referiu com xingamentos, vencerá a eleição se o voto for eletrônico.

O presidente tem insistido nesse discurso, sem apresentar qualquer evidência de problemas nas urnas eletrônicas, apesar de já ter prometido fazê-lo algumas vezes e de ter sido eleito com o voto na urna eletrônica.

Barroso, no vídeo de mais de 15 minutos, mostra todos os procedimentos de segurança envolvendo a urna eletrônica, incluindo o fato de haver múltiplas verificações do sistema, auditado por cerca de 15 instituições, e diversos testes recorrentes, inclusive de integridade na véspera da eleição.

Ele lembrou que a urna não é conectada à internet, o que evita invasão de hackers e fraudes. Além disso, o titular do TSE destacou que há possibilidades de verificação da contabilização de votos depois da apuração para qualquer cidadão.

Nessa semana, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), aliado de Bolsonaro, colocou para andar a PEC que determina a impressão de voto na urna eletrônica, apresentada pela deputada Bia Kicis, aliada de primeira hora de Bolsonaro.

Na manifestação na tarde de sábado, organizada por ruralistas o presidente da República repetiu os discursos que têm feito contra a política de distanciamento adotada por gestores locais durante a pandemia e voltar a ameaçar governadores com medidas para impedir restrição de atividades.

Bolsonaro acusou governadores e prefeitos de destruírem empregos e disse que o povo não pode "assistir passivamente" às medidas, discurso que depois foi reverberado no domingo nas redes sócias pelo seu filho Carlos Bolsonaro, vereador do Rio de Janeiro.

Ele admitiu que o país vive dificuldades, como alta da "inflação e do preço do combustível", e garantiu estar buscando soluções. O presidente argumentou que o país estaria em piores condições se tivesse no poder um presidente do PT.

O petista apareceu à frente de Bolsonaro nas pesquisa Datafolha de intenção de voto em 2022, divulgada na semana passada. A manifestação na Esplanada foi marcada ainda por críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à CPI da Covid, que tem evidenciado as falhas do governo na condução da pandemia, em especial nas vacinas.

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186867?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186867?page=1&section=1)